

Tesouro pagou R\$ 8,9 bi em juros de janeiro a setembro

Sylvio Costa
Da equipe do Correio

O Tesouro Nacional gastou, de janeiro a setembro deste ano, R\$ 8,9 bilhões em pagamento de juros da dívida interna. Este valor representa mais do que o total dos investimentos federais previstos na proposta orçamentária para 1996.

O montante, que exclui tanto os custos de rolagem dos títulos do Banco Central (BC) como os juros da dívida externa, consta de documento enviado na última semana pela Secretaria do Tesouro Nacional à Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

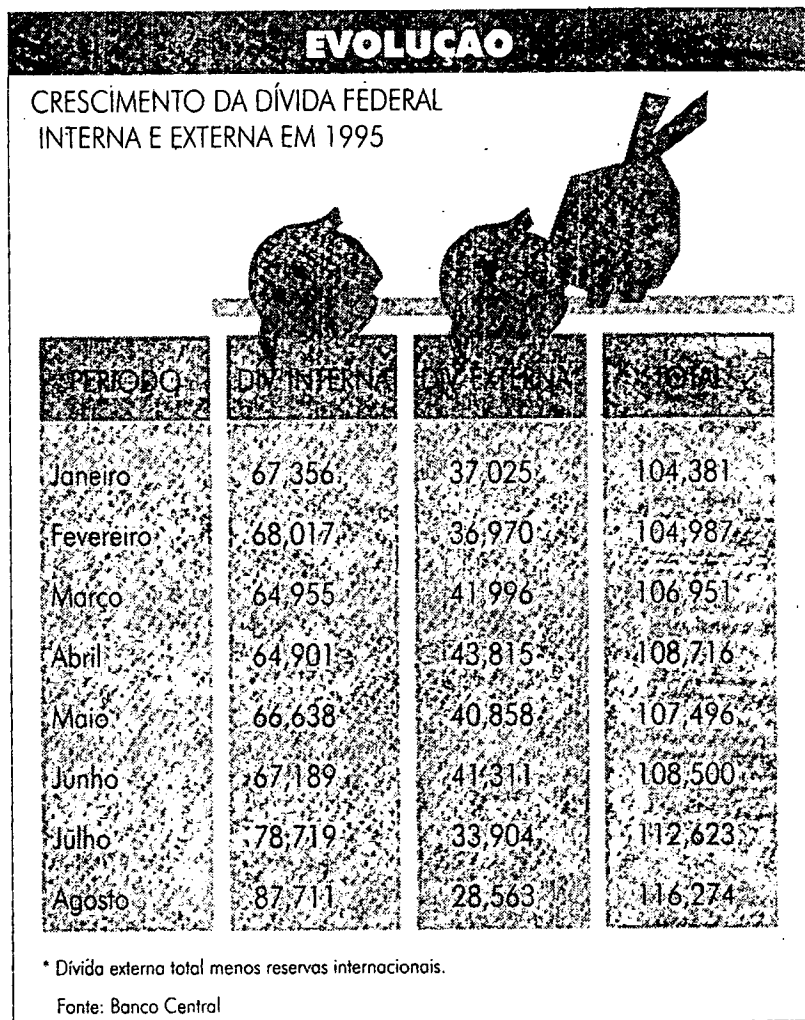
A bolada desembolsada pelo Tesouro, suficiente para construir 1,8 milhão de casas populares, lança luz sobre um dos aspectos mais preocupantes da bem sucedida política econômica oficial: o crescimento da dívida pública.

Estados — Muita atenção tem se dado à calamitosa situação dos estados e municípios. Mas os dados oficiais mostram que, nessa matéria, a União tem pouco a festejar.

De janeiro a agosto, segundo o BC, a dívida interna federal líquida (incluindo os débitos do Tesouro e do próprio BC) cresceu 30,2%, passando de R\$ 67,356 bilhões para R\$ 87,711 bilhões.

Os números deixam de fora R\$ 22,684 bilhões correspondentes a títulos emitidos por estados e municípios e incorporados pelo governo federal numa operação de socorro desencadeada após o lançamento do real.

“Claro que estamos preocupados”, admite o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros. “No Brasil, dever é meio caminho para o cemitério”. Ele adverte, no entanto,



que a análise do tema requer cuidado.

Soma — Em primeiro lugar, destaca o secretário, a soma dos débitos de todo o setor público no país — estados e municípios incluídos — dá algo em torno de 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Nos países desenvolvidos, raramente esse percentual fica abaixo

de 60% do PIB. Em segundo lugar, ele diz que o governo está ciente da necessidade de enfrentar o problema na sua origem.

Nesse caso, evitar que a dívida federal se transforme numa perigosa bola de neve requer sobretudo a reestruturação da máquina governamental de forma a eliminar um déficit orçamentário que se tornou crônico.

Governo entrará 96 no vermelho

Se em 1994 o governo federal precisou adiar o pagamento de despesas já empenhadas para fechar o ano com pequeno superávit, em torno de R\$ 1 bilhão, em 1995, o Tesouro vai virar o calendário no vermelho.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, diz que estados e municípios serão responsáveis neste ano “por quase a metade” do déficit de todo o setor público, que é estimado em 1,8% do PIB.

A segunda maior contribuição para o déficit virá do governo federal. As estatais terão o menor déficit, provocado sobretudo pelas estatais do setor elétrico, controladas pelos estaduais.

Principal causa do crescimento da dívida federal interna, o aumento do déficit público está relacionado, segundo Barros, com a elevação das despesas com o funcionalismo e os aposentados.

As outras causas do agigantamento da dívida são as altíssimas taxas de juros pagas pelo governo e o aumento da entrada de divisas.

Títulos — No primeiro caso, elevam-se os juros para manter o consumo em fogo brando. No outro, emitem-se títulos para tirar do mercado a dinheiro que chega do exterior.

Em ambas as situações, o objetivo fundamental é impedir que o dinheiro farto ou barato sirva de combustível para a inflação.

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega fala que não há muito mais a fazer, a não ser realizar as reformas que permitirão “mudar o regime fiscal brasileiro, que se tornou doentio desde a Constituição de 1988”.

Tal mudança envolveria a reestruturação da Previdência, do sistema tributário e da distribuição das responsabilidades entre a União, os estados e municípios.(SC)